



ROQUE, Juliana Nogueira Garcia*
<https://orcid.org/0009-0005-1105-1959>

RESUMO: O presente artigo baseia-se no conceito foucaultiano de *norma* para analisar empiricamente o ideal estético promovido pela Ação Integralista Brasileira (AIB) por meio de sua imprensa. Fundada em 1932 por Plínio Salgado, a AIB configurou-se como a maior expressão do fascismo na América Latina. Visando à criação do “novo homem fascista”, o movimento mobilizou saberes médicos-eugênicos amplamente disseminados na sociedade brasileira na década de 1930, difundindo uma concepção específica de beleza considerada “normal”. Nesse processo, um conjunto de *normas* instituiu um padrão estético que extrapolava a aparência física e se articulava a valores morais, produzindo classificações qualitativas e hierarquizadas e marcando como *anormais* aqueles que não se adequavam ao esperado. A *anormalidade*, assim, deixava de ser uma diferença e operava como ameaça ao futuro da espécie, recaindo, majoritariamente, sobre os corpos femininos.

PALAVRAS-CHAVE: Ação Integralista Brasileira; Eugenia; Norma.

ABSTRACT: This article draws on the Foucauldian concept of the norm to empirically analyze the aesthetic ideal promoted by the Brazilian Integralist Action (AIB) through its press. Founded in 1932 by Plínio Salgado, the AIB emerged as the most significant expression of fascism in Latin America. Aiming at the creation of the “new fascist man”, synthesized in the image of the “Integral Man”, the movement mobilized medical and eugenic forms of knowledge widely disseminated in Brazilian society during the 1930s, thereby promoting a specific conception of beauty regarded as “normal”. In this process, a set of norms established an aesthetic standard that went beyond physical appearance and was articulated with moral values, producing qualitative and exclusionary classifications and marking as abnormal those who failed to conform to expected standards. Abnormality thus ceased to be merely a difference and came to operate as a threat to the future of the species, falling predominantly upon female bodies.

KEYWORDS: Portuguese Inquisition; Colonial Amazonia; Sexualities.

* Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora – MG (2025). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH/UFJF). Bolsista da Fundação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES). Atualmente, é secretária da Rede de Investigação Direitas, História e Memória (CNPq).

INTRODUÇÃO

Nascida em meio à convergência das ideias autoritárias de direita no cenário brasileiro, em uma sociedade em transição, e sob o impacto da nova situação internacional, marcada simultaneamente pela revolução soviética e pela contrarrevolução fascista (Trindade, 1979), a Ação Integralista Brasileira (AIB) consolidou-se enquanto a maior expressão do fascismo extraeuropeu, bem como o principal movimento fascista da América Latina (Pinto, 2021).

Congregando ideias fascistas e eugenistas¹ em circulação no início do século XX, que foram apropriadas e ressignificadas com base no contexto local, a AIB buscou instituir uma gestão calculista da vida, centrada, simultaneamente, no corpo individual e na população. Tratou-se de um verdadeiro projeto biopolítico, que mobilizou técnicas disciplinares e regulamentadoras, uma dimensão ainda pouco explorada pela historiografia do integralismo. Partindo desse princípio, o presente artigo pretende evidenciar como o fascismo brasileiro estruturou um padrão estético normalizador a partir de postulados eugênicos, mobilizando para isso a conceituação foucaultiana de *norma*.

Segundo Michel Foucault (1999), entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, o poder mobilizado pelos Estados nacionais transformou-se notoriamente, de modo a centrar-se na gestão completa da vida dos indivíduos, por meio de uma administração biológica racionalizada. O aparecimento de questões relacionadas à natalidade, à longevidade, à gestão da saúde pública, à habitação, à alimentação, à migração, à sexualidade, dentre outras, tornou-se uma preocupação política, gerenciada a partir de técnicas para obter a sujeição dos corpos e o controle das populações. “[...] tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma biopolítica da população*” (Foucault, 1999,

¹ Sobre o processo de apropriação e ressignificação das ideias eugênicas pelo fascismo brasileiro, conferir: GERALDO, Endrica. *Entre a Raça e a Nação: A família como alvo dos projetos eugenista e integralista na nação brasileira nas décadas de 1920 e 1930*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, 150 p.; e PACHECO, Gabriela Santi. *Integralismo e eugenia: o papel das mulheres no projeto de regeneração nacional do fascismo brasileiro*. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 32, p.1-19, 2025.

p.131, grifos do autor). Portanto, o homem, enquanto ser vivo, passou a estar no centro da tomada de poder, em uma espécie de estatização do biológico.

Neste cenário, os projetos políticos modernos, como foi o caso do fascismo, fizeram da vida e dos seus mecanismos um campo central de sua atuação, visto que a capacidade de sua administração era diretamente proporcional ao tamanho do seu poder. Segundo Roger Griffin (2010), o fascismo pode ser interpretado como uma forma intensamente politizada de uma rebelião modernista contra a decadência moderna, que visava pôr em prática um renascimento nacional e/ou étnico totalizador. No anseio generalizado por uma mudança radical, ele cruzou-se, em alguns casos, com projetos que também visavam uma transformação social profunda, como a eugenia.

Como destaca Marius Turda (2010), a eugenia tornou-se parte de uma agenda biopolítica mais ampla, influenciando visões de regeneração nacional e projetos biopolíticos. Portando-se como uma tecnologia do biopoder, que visava filtrar e melhorar biologicamente a população nacional, o saber-poder eugênico foi responsável por produzir uma *norma* específica sobre a vida e as formas de governabilidade ligadas a ela.

Entende-se a *norma* como uma noção que ultrapassa o discurso jurídico, definindo um código que não será o da lei, mas o da normalização. Ela é pautada em um saber clínico, capaz de distinguir permanentemente aquilo que é “normal” e o que é “patológico” (Revel, 2002). De acordo com Foucault (2007), entre o final do século XVIII e o início do século XIX, o poder disciplinar substituiu o modelo jurídico de sociedade, dando lugar a um processo de medicalização social organizado em torno da regra “natural”, ou seja, da *norma*. Ansiando pelo adestramento dos indivíduos, o poder disciplinar passou a utilizar-se de classificações hierárquicas e de sanções normalizadoras, que resultavam em construções de modelos normalizadores (Foucault, 1999).

A partir de uma análise empírica das fontes da imprensa integralista, este estudo busca compreender o ideal estético normalizador promovido pela AIB e identificar como, sustentado por um saber médico-eugênico, o movimento elaborou e difundiu uma concepção específica de beleza “normal”, amplamente veiculada em seus periódicos. Sabe-se que, ao longo da história humana, o conceito de “beleza” assumiu diversos significados, variando conforme os contextos culturais, sociais e

locais específicos. Entretanto, ainda que o termo seja modificado por conjunturas próprias, ele encontra-se, em todos os tempos, associado à busca por uma composição corporal com propensão ao “belo” (Silveira et al., 2022), ou seja, ao “normal”.

A NORMALIZAÇÃO MÉDICO-EUGÊNICA E A CONSTRUÇÃO DO “HOMEM INTEGRAL”

Criada pelo inglês Francis Galton (1822–1911) no final do século XIX, a eugenia estabeleceu-se enquanto uma ciência que, baseada nos postulados da hereditariedade e da seleção natural, buscava garantir o aprimoramento racial e biológico dos seres humanos. O projeto galtoniano partiu do pressuposto de que “era possível intervir no processo reprodutivo das futuras gerações, criando medidas efetivas de controle sobre a hereditariedade, o corpo e as habilidades mentais das populações humanas” (Souza et al., 2024, p.195).

Com efeito, no século seguinte, a eugenia expandiu-se mundialmente, assumindo um caráter transnacional, e inspirou diversos intelectuais, instituições e projetos políticos que visavam o aprimoramento racial e melhoramento biológico da população. Turda e Diwan (2023) afirmam que, como tal, ela pode ser explicada por experiências históricas que se encontravam reciprocamente conectadas e que se multiplicaram de acordo com as distintas realidades locais.

Assim, além de comportar-se enquanto ciência, as ideias eugênicas tornaram-se parte de um conjunto explícito de propostas políticas baseadas na ciência e na hereditariedade, caracterizando-se, simultaneamente, enquanto um movimento social (Stepan, 2005). Ainda que a eugenia tenha adquirido características específicas em cada país, encontrando-se intimamente ligada aos contextos locais, ela reforçou, em todos eles, os ideais nacionalistas e a busca incessante por melhorar biologicamente a raça (Wegner, 2025).

No contexto latino-americano, a eugenia foi influenciada pelas ideias neolamarckistas da biologia francesa (Stepan, 2005), argumento que, durante muito tempo, serviu de base para defini-la enquanto um modelo mais “brando”, em contraposição aos adotados por países como os Estados Unidos, a Alemanha, a Suécia e a Inglaterra, que incluíam medidas extremas de segregação racial e controle

da reprodução humana (Souza, 2024). Para os adeptos da tradição neolamarckista, a noção de que as características adquiridas por uma geração seriam transmitidas à seguinte guiava os pressupostos da hereditariedade, lembrando as noções desenvolvidas por Jean-Baptiste Lamarck (1744–1829) (Wegner, 2025). Nesse sentido, elas estiveram atreladas às políticas de saneamento, higiene e educação que aperfeiçoamento hereditário (SOUZA, 2012).

Contudo, segundo Souza (2012), em locais, como, por exemplo, o Brasil, a formulação de projetos eugênicos também esteve em diálogo com as vertentes eugênicas mais radicais, de modo que a caracterização da eugenia latina enquanto mais “leve” abre pouco espaço para explorar tais conexões. Além disso, os princípios formulados por intelectuais eugenistas latinos reforçaram projetos autoritários de nação, suavemente encobertos por uma suposta neutralidade científica, mobilizados para a definição de políticas públicas e de medidas consideradas regeneradoras pautadas em estratégias disciplinares autoritárias (Santana; Santos, 2016). Portanto, a adesão ao modelo de explicação genética neolamarckista não significou, no Brasil, a incorporação de uma eugenia menos radical.

Ao associar-se às culturas nacionais específicas, o movimento eugênico encontrou um espaço fértil ao ser incorporado por projetos políticos de cunho autoritário, que visavam a regeneração nacional, como foi o caso do fascismo (Turda, 2010). No período entreguerras, a partir do diagnóstico de crise da modernidade² e da crença na ineficiência do sistema liberal e comunista, os fascistas buscaram colocar em curso uma revolução capaz de promover a homogeneidade cultural, que colocaria fim à decadência moderna e resultaria na criação do “novo homem fascista” (Griffin, 2010). Ao propor a construção de uma modernidade alternativa, engendrada a partir da palingênese da nação³, o fascismo, em muitos casos, passou a ansiar pela

² Roger Griffin (2010), a partir da definição do fascismo enquanto uma espécie de modernismo político, evidenciou que, em meados do século XIX, os efeitos otimistas da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, embasados nos ideais de progresso, deram lugar a uma concepção generalizada de crise da modernidade, devido ao impacto destrutivo que a mesma teria causado nas sociedades tradicionais, somado às revoltas sócio-políticas locais. À vista disso, o modernismo, em suas várias formas, apresentou-se enquanto uma resposta às condições produzidas por um determinado processo de modernização, buscando, em seu fim último, colocar fim à decadência moderna.

³ O conceito de palingênese é utilizado por Roger Griffin (2013) para descrever um dos componentes do “mínimo fascista”, ou seja, aquilo que um movimento ou regime necessita ter como base para ser caracterizado enquanto fascista. O conceito pode ser entendido como o processo de renascimento e/ou regeneração nacional.

melhoria racial dos indivíduos e, nesse sentido, a eugenia foi incorporada enquanto uma forma de engenharia biológica qualificada para promover tal transformação (Turda, 2010).

Compreendendo o fascismo enquanto um fenômeno transnacional e transatlântico (Grecco; Gonçalves, 2020), a AIB apresenta-se como um exemplo profícuo de incorporação da eugenia em um projeto biopolítico que inseriu a vida e seus aspectos biológicos em uma mecânica de poder que sujeitava os corpos a um processo constante de disciplinamento e regulamentação.

Fundada sob o lema “Deus, Pátria e Família” pelo escritor e jornalista Plínio Salgado, no dia 7 de outubro de 1932, a AIB incluía em sua doutrina o ideal de uma raça forte, que seria realizada a partir da implementação de um Estado centralizado e interventor, e por meio da mobilização de medidas inspiradas nos debates médicos-eugênicos (Geraldo, 2001). A partir de uma visão idealizada da síntese das raças⁴, que não condenava a miscigenação, mas buscava moldá-la por meio de estratégias disciplinares, a doutrina integralista ansiava pela criação de um homem perfeito em todas as esferas da vida, que seria traduzido no “Homem Integral”:

O verdadeiro ideal educativo é o que se propõe educar o homem todo. E o homem todo é o conjunto do homem físico, do homem intelectual, do homem cívico e do homem espiritual. A cada uma dessas faces o integralismo dá a sua importância merecida. Ao homem espiritual ensina os deveres para com Deus, para consigo e para com o próximo; ao homem cívico os deveres com a Pátria; ao homem intelectual dá-lhe escolas e cultura; ao homem físico oferece-lhe meios adequados ao cuidado da saúde, à conservação da robustez, à higienização, à valorização racional da força muscular; afinal o integralismo propicia ao homem integral tudo aquilo com que ele possa eficientemente contribuir para a glória de Deus, para a honra da Pátria e para a necessidade dos seus filhos (Aires, 1937, p.42, grifos do autor).

Ao longo do século XX, a eugenia despertou o interesse “não apenas de médicos, sanitaristas, educadores, mas também de setores da elite brasileira preocupada com a regeneração do ‘homem brasileiro’” (Souza, 2012, p.7). À vista disso, ela foi instrumentalizada pela AIB enquanto uma ferramenta associada a elementos como a estética, a saúde, a alimentação, os vícios morais e sexuais, dentre

⁴ Plínio Salgado, inspirado no ideal de raça cósmica criado pelo intelectual mexicano José Vasconcelos (1882–1959), acreditava que a raça brasileira possuía um sentido cósmico originado de suas fontes étnicas. Assim, por meio dos sucessivos caldeamentos étnicos processados, um novo tipo de humanidade surgiria no Brasil, a “Quarta Humanidade” (SALGADO, 1935).

outros, afastando-se dos discursos mais radicais que tratavam a miscigenação enquanto fatal e/ou defendiam políticas explícitas de segregação e exclusão.

Entretanto, como consequência da mobilização de uma tecnologia de poder centrada na vida, a AIB utilizou-se de mecanismos reguladores e corretivos pautados em um ideal de normalização, produzindo um discurso que classificava e hierarquizava os indivíduos. Dentre as esferas às quais a eugenia esteve associada, o presente artigo se propõe a analisar sua ligação com o ideal normalizador de beleza propagado pelo movimento.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, o conceito de beleza no Brasil foi conformado, em grande medida, pelo discurso médico-higienista e eugenista, de modo que:

A tendência eugênica buscava uma descendência saudável, corrigindo o corpo sem necessariamente modificar as condições econômicas da população. Havia a expectativa de formar indivíduos produtivos, obedientes, saudáveis e belos, sem questionar as razões sociais, econômicas e políticas das doenças e de tudo o que se entendia por feiura (Sant’anna, 2014, p.59).

Segundo essa tendência, as percepções de perfectibilidade ou imperfectibilidade física incluíam ainda valores morais e intelectuais específicos, pautados em modelos de normalização de indivíduos que reforçavam obrigações e padrões a serem seguidos, corroborados por ideais de pureza, limpeza e vitalidade. Nesse cenário, a raça, lida enquanto a população nacional, encontrava-se dependente da estética (Sant’anna, 2014).

A construção do “Homem Integral” insere-se nesse contexto e sofreu influência direta da normalização médico-eugênica. Ao modificar valores, comportamentos e a própria estética do indivíduo, esperava-se que se modificasse, também, o retrato da Pátria: de “um imenso hospital”⁵ à vigorosa, bela e saudável. De anormal para normal.

⁵ A expressão faz referência à frase dita pelo médico e sanitarista Miguel Pereira (1871–1918), no ano de 1916, para se referir ao estado no qual o país se encontrava, com destaque para as alarmantes condições sanitárias e econômicas nas áreas rurais do país.

“NEM TANTO AO MAR, NEM TANTO A TERRA”: A ESTÉTICA INTEGRALISTA COMO NORMA

Marcado por uma filosofia pautada em uma visão de aperfeiçoamento progressivo da humanidade, o integralismo pregava a transformação integral do homem, da sociedade, da nação e da humanidade (Trindade, 1979). Nesse processo de mudança, guiado por uma concepção espiritualista da vida que se opunha ao materialismo, o sentido estético do movimento configurou-se enquanto uma preocupação.

Ao discorrer sobre a temática, o médico integralista Rodolpho Josetti evocou a Grécia, com “seu padrão único e incontestável de perfeição e de beleza” (Josetti, 1935, p.2), como uma *norma* a ser seguida pelos integralistas. Segundo Josetti, para além da esfera artística, os gregos deveriam ser admirados também por seu povo:

Havendo sido um povo de elite e, constituiu-se na elite dos povos, pela educação perfeita de sua juventude, pela formação integral e totalitária de sua gente. Considerai um grego daqueles tempos! Era um homem completo na acepção mais rigorosa do significado: **‘mens sana in corpore sano’** (uma mente sã em um corpo são). [...] Na antevisão de um futuro não muito remoto eu vejo nitidamente o Integralista como foi o heleno, vigoroso e sutil, generoso e culto “fortiter in re, suaviter in modo” (firme na execução, gentil na maneira) em atitudes ufanas, mas benignas, expressão de perfeito equilíbrio, de vigorosa saúde física e espiritual (Josetti, 1935, p.2, grifo do autor)

Assim, os gregos sintetizavam ambas as esferas essenciais para o futuro “Homem Integral”: a beleza física e a beleza espiritual. No processo de formação da “Quarta Humanidade”, elas deveriam ser desenvolvidas de forma harmônica e proporcional. Para o médico sanitarista, tudo o que se fizesse “[...] em prol do aperfeiçoamento do tipo físico brasileiro em verdade nunca será demasiado, só podendo ser louvável que se enrijeça a musculatura, que se galvanize o corpo, que se forje a estirpe” (Josetti, 1935, p.2).

Entretanto, se a beleza física ganhava destaque por intermédio dos ideais eugênicos e da cultura física no movimento, a transformação cultural/espiritual necessitaria, assim como na Grécia, ser conduzida por uma elite. Ainda que os integralistas não tenham definido claramente o termo “cultura”, tudo leva a crer que esta representava para eles a posse de determinados conhecimentos. “Cultura era, por conseguinte, um bem que poderia ser transmitido por aqueles que o possuíam”

(Cavalari, 1999, p.42), leia-se, a elite. O povo, considerado inculto, foi comparado por Plínio Salgado à imagem de um monstro: “Não podemos, de nenhuma maneira, cortejar a massa popular. Ela é o monstro inconsciente e estúpido” (Salgado, 1936, p.83).

Fugindo à *norma* cultural elitista, pautada em saberes filosóficos, artísticos, científicos e literários, as massas, com características “monstruosas”, necessitavam ser transformadas e normalizadas, para, enfim, se enquadrarem nos ideais de beleza integralista:

O Integralismo será uma realidade física, espiritualizada por um valor moral e embelezada por um halo cultural e artístico. Nós vamos reviver a época áurea da Hélade. Nós vamos refazer o brasileiro nos moldes que a Grécia antiga idealizou e realizou, criando aquela mocidade fulcra e destra do século de Péricles e Eurípedes (Josetti, 1935, p.2).

Como ressalta Cruz (2006), ainda que o integralismo enxergasse na miscigenação a salvação da nação, seu projeto o permitiu combinar a defesa de princípios abertamente racistas e excludentes com a negação do racismo como parte de seu ideário. Assim, no pensamento integralista, os sucessivos caldeamentos étnicos resultariam na formação do caboclo, uma mistura entre o branco e o indígena. Este seria o verdadeiro representante da raça brasileira, no qual apenas as características físicas e culturais brancas sobressairiam. À vista disso, a contribuição de negros e indígenas estaria condicionada à sua capacidade de assimilação. Ao defender o reavivamento da “Hélade” grega, Rodolpho Josetti privilegia um padrão branco-europeu e o atrela ao “embelezamento” nacional. Fazer os brasileiros nos moldes que a Grécia Antiga idealizou implicava, portanto, em uma hierarquização racial implícita no ideal estético e cultural. Ainda assim, tal dinâmica não representava a exclusão automática da população negra do integralismo.⁶

A associação entre características físicas e valores morais foi amplamente discutida na imprensa da AIB. Ao conceder uma entrevista especial para o jornal

⁶ Como ressalta Sentinelo (2023), a questão racial no integralismo não é nada simples de ser compreendida; ainda que os aspectos racistas integrassem o projeto de nação integralista, a participação de negros não foi descartada pela AIB. Isso se deve à necessidade de angariar mais adeptos para o movimento e à proximidade político-ideológica a grupos como a Frente Negra Brasileira. Ainda assim, poucos negros ocuparam cargos de liderança no movimento. Conferir: SENTINELO, Jaqueline Tondato. O autoritarismo e o lugar das raças no projeto de nação dos líderes da Ação Integralista Brasileira. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon (Org.). *Integralismo e liderança: ensaios críticos*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023, p. 43-52.

integralista *A Offensiva*, Renato Kehl, um dos principais eugenistas do Brasil, abordou o problema da “falta de atitude dos indivíduos”. Segundo Kehl, a atitude seria bem mais séria do que geralmente se supõe, indicando não só o grau de educação, mas também o grau de personalidade de cada indivíduo (Kehl, 1937). Kehl enfatizou que ela deveria ser considerada uma questão de ordem higiênica, com o intuito de evitar posições viciosas que determinam desvios posturais, e como uma questão de ética, estética e valor social, uma vez que a coletividade deveria ser composta por elementos fortes e cultos, que soubessem se apresentar com elegância e aprumo, ao contrário da figura caricata do Jeca⁷. Mais do que traços estéticos, a atitude de um indivíduo revelava, assim, a sua capacidade:

Pela atitude ajuíza-se a enfiatura do indivíduo. Aquele que se mantém ereto, sobranceiro, alinhado; que olha para frente e pisa firme, — pode-se dizer que é um tipo varonil, capaz de encarar os problemas da vida com coragem, com sobanceria, com retidão e dignidade, ao contrário do indivíduo frouxo, mole, desleixado, cambaio, encostador e descuidado de maneiras, para o qual tudo deve correr do mesmo modo, isto é, no *laissez aller* [deixe ir], no relaxamento e na indolência (Kehl, 1937, p.1).

A *norma* definida por Kehl instituí uma regra natural, separando os indivíduos, a partir de parâmetros físicos, entre capazes e incapazes, entre varonis e frouxos. Além de conceder espaço através da imprensa ao pensamento de Renato Kehl, o ideal estético defendido pelo integralista Rodolfo Josetti parece se aproximar do defendido pelo eugenista, em seu livro *A cura da fealdade* (1923). Nele, Kehl “reconta a história da Grécia Antiga, retirando fragmentos de sua cultura para operar uma transposição para seu tempo” (Silva et al., 2018, p.55). Para ele, o local teria encontrado o equilíbrio entre corpo e espírito, sendo um exemplo de civilização. No entanto, “muito mais do que louvar os legados de poesia, arte e filosofia, Kehl evidencia, nessa civilização, uma série de práticas *pré-eugênicas*” (Silva et al., 2020, p.173, grifo dos autores).

⁷ Criado pelo escritor Monteiro Lobato (1882–1948), o personagem Jeca Tatu tornou-se um manifesto acerca da situação de degradação em que se encontravam os indivíduos nos sertões do Brasil. Inicialmente, Jeca foi interpretado como um indivíduo preguiçoso, indolente, degenerado racialmente e inadaptável à civilização. Após ter contato com as teorias sanitárias, propagadas, principalmente, pelos sanitários Arthur Neiva e Belisário Penna, Lobato mudou sua visão acerca do personagem, que passou a ser visto enquanto abandonado à própria sorte, vítima de um governo omissivo.

Acerca dos apontamentos defendidos por Kehl na entrevista para *A Offensiva*, o intelectual integralista Hollanda Loyola exclamou: “O grande mestre assim o diz, a necessidade assim o impõe” (Loyola, 1937, p.7). Responsável por desenvolver trabalhos com a milícia integralista, Loyola defendia constantemente os benefícios corretivos da prática metodizada da educação física, enfatizando seu caráter eugênico na “raça brasileira”. Segundo ele, muitos indivíduos passavam a impressão de estarem envelhecidos, cansados e doentios, faltando-lhes garbo, disciplina e correção de atitude, de modo que era preciso consertá-los. Como mostrado por Foucault, “a norma traz consigo ao mesmo tempo um princípio de qualificação e um princípio de correção” (Foucault, 2001, p.62).

Para Loyola, a beleza estética dos indivíduos era sinônimo do aperfeiçoamento da raça, e poderia ser alcançada através da prática de exercícios específicos e metodizados. Nesse contexto, a educação física foi apresentada como uma instância capaz de legitimar saberes e concepções de corpos considerados ideais, produzindo sujeitos estética e eugenicamente desejáveis (Silva et al., 2020). Na visão do integralista, as paradas atléticas, promovidas pelo governo e por instituições esportivas, configuravam-se como um meio majestoso para demonstrar a fortaleza do povo, bem como uma propaganda profícua para a difusão da educação física nos hábitos do povo. Por essa razão, os “elementos” que seriam destinados a representar a “raça brasileira” deveriam ser cuidadosamente selecionados, com base em seus atributos físicos e morais (Loyola, 1936a).

Baseando-se em uma idealização normalizadora do corpo, Loyola destacou a falta de rigor com que a seleção de indivíduos para eventos com essa finalidade se encontrava, do ponto de vista físico, moral e técnico. “Gente disciplinada, que possua, de fato, um físico de atleta, que saiba marchar e cantar, e que se apresente bem uniformizada, numa demonstração de força, de saúde e de disciplina” (Loyola, 1936a, p.6). Mais do que uma definição criteriosa acerca da escolha de indivíduos para um desfile, a fala de Loyola evidencia a *norma* de indivíduos que estariam aptos a representar *verdadeiramente* a nação. Sob essa mesma concepção, o integralismo reafirmava a imagem do futuro “Homem Integral” — “forte de físico, culto de cérebro, grande de alma” (Loyola, 1935, p.6).

A distinção dos corpos através de uma *norma* estética estendia-se também às crianças. Na qualidade de futuros “Homens Integrais”, o movimento não mediu

esforços para veicular instruções precisas de cuidados, medidas e obrigações a serem implementadas na criação da prole. No entanto, tais deveres não se restringiam somente às questões de saúde, abarcando, também, a fisionomia: “É indiscutível que o dever dos pais não consiste somente em cuidar da saúde dos filhos; cabe-lhes também evitar que cresçam com imperfeições físicas, quando estas podem ser remediadas” (Conselhos de Hygiene, 1935, p.4). Dentre as imperfeições, as “orelhas descoladas” eram vistas como desgraciosas e associadas a uma aparência de “pouca inteligência”, recomendando-se o uso de toucas ou a intervenção cirúrgica para a correção da *anormalidade*.

Contudo, as orelhas “defeituosas” não eram tratadas somente como uma questão de ordem estética; elas eram vistas como “uma prova de degeneração racial”. Assim, a “deformidade” poderia ser causada pela má posição tomada pela criança nos primeiros dias de vida ou representar sinais de “taras hereditárias”. Tratava-se de uma concepção eugênica neolamarckista, em que hábitos ou doenças adquiridas pela primeira vez na vida de um indivíduo poderiam levar a degenerações permanentes e hereditárias, que, a longo prazo, acabariam por afetar uma geração ou uma nação inteira. À vista disso, era enfatizado:

Assim como mãos, pela sua forma impecável revelam uma raça de elite, as orelhas perfeitas no seu formato são sinais de uma geração sem taras. É um fato apresentarem os raquíticos, os escrofulosos, os linfáticos, quase sempre, as orelhas descoladas. [...] Por todas essas razões os pais têm o dever de corrigir esses defeitos nos filhos, impedindo que carreguem toda a vida a tão pesada cruz: orelhas ridículas (Conselhos de Hygiene, 1935, p.4).

Os imperativos da *norma* médico-eugênica se impunham: raças de elite não possuíam mãos e orelhas defeituosas. Ao contrário, deveriam ser belas, saudáveis, fortes e vigorosas. Contudo, se os ideais estéticos de beleza influíam sobre homens e crianças, sua incidência era notadamente maior quando direcionada às mulheres.

Ao dirigir-se às mulheres brasileiras, em um texto publicado na revista integralista *Brasil Feminino*, Plínio Salgado destacou:

O Integralismo é, certamente, uma **concepção estética** da Vida. Incitando energias nacionais e humanas, quer realizar no ritmo das harmonias sociais e políticas uma expressão de **Beleza**. De **Beleza** espiritual, moral, social, econômica, política, administrativa, técnica e material. A mulher, pois, cuja intuição das harmonias se exprime pelo culto da Força e da **Beleza**, tem, fatalmente, de ser **Integralista** (Salgado, 1937a, p.23, grifos nossos).

Na condição de Chefe Nacional, Plínio Salgado ocupava o lugar máximo da *norma* no movimento integralista — “[...] mais do que uma pessoa, é uma ideia” (Salgado, 1937b, p.7). Portanto, a partir de suas ideias, o exercício do poder encontrava-se fundado e legitimado (Foucault, 2001). Ao afirmar que o integralismo buscava realizar uma expressão de beleza, Salgado converteu esse ideal em uma *norma* que ordenaria todas as esferas da vida nacional. Portanto, tudo o que não se encaixasse nessa concepção seria, por conseguinte, *anormal* e *feio*.

A mesma lógica foi aplicada às mulheres. O integralismo operava, através de seu discurso, uma “naturalização” das diferenças de gênero, de modo que a “natureza” feminina era ligada a atributos como fragilidade e doçura, enquanto a natureza masculina se ligava à estabilidade moral (Geraldo, 2001). Em decorrência disso, a “intuição das harmonias” foi naturalizada como parte da essência da mulher, de modo que sua natureza corresponderia, “fatalmente”, à estética do movimento integralista — mulheres belas, por natureza, estariam condicionadas a pertencer ao movimento. Em contrapartida, a fala de Salgado deixa implícito que as mulheres que seguissem outros movimentos sociais e/ou políticos, como o feminismo e o comunismo, não se enquadrariam em tal definição, estando alheias ao seu dever natural.

Se a beleza física e a beleza espiritual deveriam ser cultivadas concomitantemente, não sobressaindo uma à outra, o mesmo não parecia se aplicar às mulheres integralistas. Publicado na revista *Anauê!*, um periódico dedicado especialmente à família brasileira, o artigo *Em busca da perfeição* enfatizava:

Nós vivemos um momento inquieto e sôfrego. Busca-se alguma coisa. Há um desejo enorme de perfeição. Espiritual e intelectual. Também as mulheres se movimentam. Abandonar as futilidades excessivas voltando-se para as leituras sérias, para os grandes e angustiosos problemas deste fim de civilização. É preciso, entretanto, que não se esqueçam da perfeição física. Devemos reconhecer que a beleza feminina ainda encanta mais do que os dotes intelectuais e as virtudes do coração (Em Busca da Perfeição, 1937, p.42).

Às mulheres, características como a beleza intelectual e moral deveriam ser relegadas ao segundo plano e, para isso, não pouparam esforços em divulgar, sistematicamente, conselhos para manter uma plástica fina, cosméticos de uso essencial, roupas indicadas, instruções de como emagrecer e manter a higiene, exercícios corretivos

para a postura, alimentos desejáveis para manter a pele perfeita, dentre outras *normas* baseadas no ideal de beleza feminina. Dentre os “métodos para alcançar a perfeição”, a cultura física, os banhos de vapor para eliminar as adiposidades e um rígido controle alimentar eram o segredo para juntar a virtude e o talento à perfeição plástica e à beleza da pele: “Sereis mais belas, mais queridas, mais atraentes” (Em Busca da Perfeição, 1937, p.42).

Mais do que um “agrado aos olhos”, a estética “harmônica” feminina era vista como um importante fator no processo de conservação da espécie humana, uma vez que: “A graça e o cuidado da beleza do corpo são uma função biológica e uma tendência fisiológica do sexo feminino, no âmbito das complexas funções de atração sexual e da conservação da espécie” (Vulgarizações e Utilidades, 1936, p.4). Deste modo, os corpos femininos deveriam ser inseridos em uma *norma* que visava, antes de tudo, satisfazer e atrair o sexo masculino e, posteriormente, gerar os indivíduos que perpetuariam a humanidade. Em síntese, apesar de conferir espaços na imprensa para tratar da estética feminina, “[...] a AIB parecia estar muito mais preocupada com a questão eugênica e geracional da beleza do que com a ‘satisfação’ pessoal e a autoestima feminina” (Simões, 2009, p.160-161).

Dentre as preocupações com a forma física feminina, a temática relativa à obesidade e à magreza excessiva ganhou destaque nos discursos normalizadores. Com o avanço da ciência moderna, o surgimento de procedimentos estéticos e tratamentos para o emagrecimento despertou a atenção dos intelectuais que se inseriam no campo de debates eugênicos, uma vez que as funções biológicas requeriam, junto à beleza, a saúde perfeita. Para isso, as práticas modernas deveriam ser controladas por médicos, visto que elas transformavam “muita gente gorda em múmias ambulantes, muita bola de carne em palitos de osso!!!” (Vulgarizações e Utilidades, 1936, p.4). Ao mesmo tempo, era preciso ter atenção para que, sem perceber, as mulheres deixassem de ser as *donas repletas* exigidas por Mussolini, transformando-se em “balõezinhos pesados, incapazes de subir no céu azul das vitórias elegantes” (Rosaura, 1937, p.11).

É neste cenário que a Educação Física aparece como uma técnica de normalização do corpo feminino, de modo que, sem ela, seria quase impossível possuir uma estética *perfeita*. Além disso, segundo Hollanda Loyola, a prática racional dos esportes possuía um grande alcance eugênico, de forma que a mulher que não a

fizesse deixaria de colaborar para o engrandecimento da Pátria (Loyola, 1936b). A *norma* estética, direcionada às mulheres, dirigia-se também às meninas entre 12 e 15 anos, que, devido ao grande crescimento e às “atitudes defeituosas”, poderiam ficar curvas, com os ombros subidos e a cabeça para frente (Conselhos de Hygiene, 1935). Portanto, independentemente da idade, os exercícios físicos corretivos eram direcionados ao público feminino da AIB e se configuravam como um ideal a ser assiduamente conquistado por elas.

Aliado a esse discurso, os periódicos contavam com diversas propagandas, redigidas na forma de um conselho sutil, que auxiliavam na legitimação de um ideal único de beleza feminina. Segundo Sant’Anna (2014), ao longo da década de 1930, a divulgação de conselhos de beleza e de propagandas associadas à satisfação de viver e à felicidade tornaram-se uma tendência na imprensa brasileira. No integralismo, ainda que não possuíssem, necessariamente, uma vinculação direta com a doutrina do movimento, funcionando enquanto uma forma de subsídio financeiro, muitas delas assumiam uma força persuasiva e, até mesmo, constrangedora, reforçando o padrão esperado (SIMÕES, 2009). Acompanhadas por imagens de mulheres, em sua grande maioria, representantes de um fenótipo branco, magro, jovem, esguio, modesto e saudável, as propagandas reforçavam o arquétipo eugênico da *normalidade* — “O ideal de um rosto bonito é a ausência de espinhas, cravos, rugas, manchas, poros abertos, enfim, uma pele unida, branca e lisa debaixo da qual como se vê circular a vida. Creme Pollah” (O Poder de uma Eterna Primavera, 1937, p.49).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor a criação de um novo homem fascista, condensado na figura do “Homem Integral”, a AIB acionou um conjunto de *normas* que instituíam um padrão de beleza que ultrapassava a aparência física, ligando-se a valores morais. Mobilizando prerrogativas médico-eugênicas, a doutrina integralista disseminou, sobretudo por meio de sua imprensa, mecanismos contínuos de controle, regulação e correção destinados a conformar corpos e condutas à sua *norma*, baseados em uma prerrogativa hierarquizante dos indivíduos.

Ao incorporar a eugenia como uma instância legítima de poder, o integralismo consolidou um modelo estético que produzia classificações qualitativas, marcando

como *anormais* e, por vezes, disgênicos, aqueles que não se adequavam ao esperado. Mesmo em um país notadamente miscigenado e apesar do discurso idealizado de síntese racial presente no conceito de “Quarta Humanidade” e da presença de negros no integralismo, o projeto de formação do “Homem Integral” foi atravessado por inspirações que privilegiavam o padrão branco-europeu, conferindo ao “belo” um recorte estético e cultural específico e hierarquizante. Além disso, características como um peso adequado, a ausência de desvios posturais, um arquétipo definido e robusto, uma pele perfeita, dentre outras, conformaram a noção de beleza ansiada.

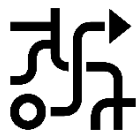
Nesse contexto, a *anormalidade* deixava de ser apenas uma diferença e operava como ameaça ao futuro da espécie, sendo associada a degenerações hereditárias, supostamente ausentes nas chamadas “raças de elite”. O ideal normalizado de beleza projetava-se particularmente sobre os corpos femininos, nos quais recaía a responsabilidade pela reprodução, purificação e formação da nova humanidade integralista. Portanto, ser bela configurava-se enquanto um dever moral e patriótico diretamente ligado ao processo de regeneração nacional proposto pelo movimento.

Por fim, destaca-se que a mobilização teórica de Michel Foucault, notadamente de seu conceito de “norma”, serve como uma ferramenta teórica profícua para analisar o projeto integralista, possibilitando caracterizá-lo enquanto biopolítico e evidenciar os diversos mecanismos reguladores e corretivos, que distribuíam os indivíduos em um domínio de valor e utilidade, e que não se restringiam ao campo da estética. Destaca-se, ainda, uma rica possibilidade de diálogo com os estudos de gênero que conversam com a perspectiva foucaultiana, tais como os trabalhos de Judith Butler e Rosi Braidotti, enquanto caminhos investigativos para futuras pesquisas que se inserem na historiografia do integralismo brasileiro.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA NETO, Odilon (Org.). *Integralismo e liderança*: ensaios críticos. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023, p. 43-52.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo*: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). São Paulo: Edusc, 1999.



CRUZ, NATALIA DOS REIS. A miscigenação racial na doutrina do sigma: o discurso velado do racismo integralista. *Revista de História (UFES)*. Espírito Santo, vol. 18, p.221-235, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 23 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I – A vontade do saber*. Tradução de Maria Thereza Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GERALDO, Endrica. *Entre a Raça e a Nação: A família como alvo dos projetos eugenista e integralista na nação brasileira nas décadas de 1920 e 1930*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, 150 p.

GRECCO, Gabriela de Lima; GONÇALVES, Leandro Pereira. “Introducción: ¿Por qué fascismos iberoamericanos?”. In: GRECCO, Gabriela de Lima; GONÇALVES, Leandro Pereira (Org.). *Fascismos Iberoamericanos*. Madrid: Alianza, 2020, p.37-60.

GRIFFIN, Roger. *Modernismo y Fascismo: La sensación de comienzo bajo Mussolini y Hitler*. Madrid: Ediciones Akal, 2010.

GRIFFIN, Roger. *The nature of fascism*. New York: Routledge, 2013.

PACHECO, Gabriela Santi. Integralismo e eugenia: o papel das mulheres no projeto de regeneração nacional do fascismo brasileiro. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 32, p.1-19, 2025.

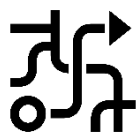
PINTO, António Costa. *A América Latina na Era do Fascismo*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2021.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

SANTANA, Nara Maria Carlos; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX. *Revista de Estudos Sociais*. Bogotá, n.58, p.28-38, 2016.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *História da Beleza no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

SENTINELO, Jaqueline Tondato. O autoritarismo e o lugar das raças no projeto de nação dos líderes da Ação Integralista Brasileira. In: GONÇALVES, Leandro Pereira;



SILVA, André Luiz dos Santos; BERLESE, Denise Bolsan. Na relação entre eugenia e “Educação Physica”: a construção das noções eugênicas de beleza. *Motrivivência*. Florianópolis, vol. 30, n.56, p.49-61, 2018.

SILVA, André Luiz dos Santos; STAUDT, Jéferson Luís. “Não podemos cruzar os braços ante a desfiguração plástica e psychica da humanidade”: a Educação Física na Eugenia de Renato Kehl (1917-1929). *MÉTIS – história & cultura*. Caxias do Sul, vol. 19, n.38, p.170-188, 2020.

SILVEIRA, Laís Prediger; NASCIMENTO, Rosimar do. Reflexão da beleza e estética dos tempos remotos aos hipermodernos. *Revista Ibero-Americana de Humanidades*. São Paulo, vol. 8, n.6, p.1706-1719, 2022.

SIMÕES, Renata Duarte. *A Educação do Corpo no Jornal A Offensiva (1932-1938)*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, 185 p.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 23, supl., p.93-110, 2016.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; WEGNER, Robert; CARVALHO, Leonardo Dellacqua de. A história da eugenia e suas durações: uma reflexão a partir do debate sobre controle de natalidade, racismo e biopolítica no Brasil. In: MOTA, André;

MACHIN, Rosana (Org.). *Corpos, eugenia e biotecnologias em perspectiva sócio-histórica*. São Paulo: Hucitec Editora, 2024.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. As ideias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. *Revista Eletrônica História em Reflexão*. Dourados, vol. 6, n.11, p.1-23, 2012.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: Raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2ª edição. São Paulo - Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

TURDA, Marius; DIWAN, Pietra. Desafiando os cânones nacionais: novas perspectivas e as possibilidades de um futuro anti-eugênico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 43, n.94, p.65–74, 2023.

TURDA, Marius. *Modernism and Eugenics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

WEGNER, Robert. *Eugenia: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2025.

FONTES

AIRES, Leopoldo. O sentido da formação pliniana. *Anauê!*. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 17, 1937, p.42.

Conselhos de Hygiene – As orelhas defeituosas das crianças. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, Ano II, n. 68, 1935, p.4.

Em busca da perfeição. *Anauê!*. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 15, 1937, p.42.

JOSETTI, Rodolfo. O Sentido Esthetico do Integralismo. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, Ano II, n. 53, 1935, p.2.

KEHL, Renato. Endireite o corpo! Levanta a cabeça! Brasileiro: firme! *A Offensiva*. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 666, 1937, p.1.

LOYOLA, Hollanda. Chronica do dia – A margem de uma entrevista. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 667, 1937, p.7.

LOYOLA, Hollanda. Chronica do dia – A mulher no sport. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, Ano II, n.93, 1936b, p.7.

LOYOLA, Hollanda. Chronica do dia – As paradas athleticas. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, Ano II, n.175, 1936a, p.6.

LOYOLA, Hollanda. Educação Physica – Definição e importância. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, Ano II, n. 54, 1935, p.6.

O poder de uma eterna primavera. *Brasil Feminino*. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 36, 1937, p.49.

ROSAURA, Livia. Beleza física feminina. *Brasil Feminino*. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 36, 1937, p.11.

SALGADO, Plínio. Palavras do Chefe Nacional à Mulher Brasileira. *Brasil Feminino*. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 38, 1937a, p.23.

SALGADO, Plínio. *Palavra Nova dos Tempos Novos*. 1936. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936. p.83.

SALGADO, Plínio. *Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira*. Niterói: Edição do Núcleo Municipal de Niterói, 1937b, p.7.

Vulgarizações e utilidades – Perigos dos tratamentos de emagrecimento pelas substâncias dinitricas. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, Ano II, n.137, 1936, p.4.

Recebido em 28/01/2026

Aprovado em 11/06/2026